



## **Assembleia Municipal de Lagoa – Açores**

### **ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 23 DE ABRIL DE 2019**

#### **ATA N.º 02/2019**

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, pelas dezasseis horas, realizou-se a segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, nesta Cidade de Lagoa - Açores, sob a Presidência de José Manuel Dias Pereira, do Primeiro Secretário Manuel António Rodrigues e da Segunda Secretária Edite Souto de Freitas Preto, em substituição da senhora Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo. Estiveram presentes na sessão os seguintes membros: Carlos Eduardo Teixeira de Faria Resendes, Pedro Alexandre Gomes Marques, Ruben Filipe Rebelo Cabral, Maria dos Anjos da Silva Costa Silva, Pedro Miguel Sousa Rodrigues, Eduíno Manuel da Ponte Rego, Olga Maria Rodrigues Borges Soares, Álvaro Nuno Carreiro da Mata Vitorino, José Eduardo da Cunha Pacheco, Mónica Isabel Barranqueiro Domingues, Carla Mota Martins Galvão, Paulo Ricardo Pereira de Melo, Gilberto de Sousa Borges, Sérgio Paulo Botelho Costa e Victória da Silva Couto.

Não compareceram à sessão os membros: Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo, Frederico Furtado de Sousa, César Augusto Medeiros Pacheco, Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros, Vítor Manuel Medeiros Sousa, André Carvalho Almeida, Francisco Ferreira de Magalhães e Adriano Manuel Mota Costa.

Em representação da Câmara Municipal, participaram a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Cristina de Fátima Silva Calisto, acompanhada pelos Senhores Vereadores: Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota, Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado, Fernando Jorge Ventura Moniz, Albertina Maria Costa Oliveira, Nelson António Rosa dos Santos e Roberto Manuel Sousa Oliveira.

Estiveram presentes os Senhores Mário Rui Farias Pacheco e José Fernando Sousa Carneiro, que intervieram no período de intervenção aberto ao público.

Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta esta sessão. Saudou a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais e todos os presentes. Agradeceu a presença de todos, nesta segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal, do ano de 2019.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que atendendo que foi enviada cópia da ata a todos os Deputados Municipais, que fosse dispensada a leitura da ata, o que foi aceite, por unanimidade. De seguida, colocou à aprovação de todos os membros a ata da primeira sessão ordinária, de 26 de fevereiro de 2019.

A ata foi aprovada, por unanimidade, não tendo participado na votação os membros Pedro Miguel Sousa Rodrigues e Paulo Ricardo Pereira de Melo, porque não estiveram presentes naquela sessão, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

Procedeu depois, o Senhor Presidente da Assembleia, à exposição da correspondência recebida, no período de 27 de fevereiro a 23 de abril de 2019, informando que a mesma se encontrava disponível para consulta.

Pelos membros Pedro Miguel Sousa Rodrigues e Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros, foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 26 de fevereiro de 2019.

Pelos membros Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros, Francisco Ferreira de Magalhães, Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo, André Carvalho Almeida e Adriano Manuel Mota Costa foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 23 de abril de 2019.

A Mesa considerou justificadas as faltas.

## **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

### **ESTRATÉGIA DO MUNICÍPIO, NO ÂMBITO DA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DAS SMART CITIES**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou a Dra. Clara Ganhão, Chefe de Divisão de Administração Geral da Câmara Municipal de Lagoa, para falar sobre a estratégia do Município, no âmbito da modernização administrativa e das Smart Cities, para conhecimento de todos os Deputados Municipais, conforme desafio lançado, na última sessão da Assembleia Municipal, pela Senhora Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Dra. Clara Ganhão.

A Dra. Clara Ganhão, Chefe de Divisão de Administração Geral da Câmara Municipal de Lagoa, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e começou por referir que o Projeto de Modernização Administrativa Lagoa Smart City 2020, enquadra-se no projeto com recursos a fundos comunitários – Programa Operacional - PO Açores 2020 e que está a ser desenvolvido há algum tempo.

Frisou duas das mais recentes iniciativas da Câmara Municipal, designadamente a extensão a certificação da qualidade a todos os serviços da autarquia, sendo que na semana passada realizaram-se ações de formação com todos os trabalhadores e o projeto de teleassistência, com a entrega de telefones a cerca de 40 idosos do concelho.

Salientou que não há um conceito específico do que é uma Smart City, mas que há conceitos que são consensuais a todos os entendidos nesta matéria, desde logo o princípio da sustentabilidade; a utilização de tecnologias de comunicação e informação; a interligação entre o conhecimento, a inovação e a aprendizagem e a centralidade do cidadão em todo o processo. Para a construção desse caminho são essenciais aspetos como a liderança; alinhamento estratégico concertado; stakeholders públicos e privados e um forte compromisso público.

Os resultados e o sucesso de um projeto com objetivos ambiciosos necessitam de um forte investimento financeiro; investimento considerável em tempo; de uma equipa operacional interna com flexibilidade e de um suporte externo.

O maior desafio de uma cidade Smart City é conseguir conjugar a atração e fixação de pessoas, instituições e empresas com a conservação e sustentabilidade dos recursos naturais. Da parte dos cidadãos há a procura de uma melhor qualidade de vida; de mais informação e mais espaços sociais, culturais e de lazer.

Referiu que os principais objetivos estratégicos do projeto são a utilização das tecnologias e a promoção da investigação e do desenvolvimento para melhorar a vida dos cidadãos; posicionar a cidade da Lagoa como um município atrativo, inovador e tecnológico; melhorar o modelo de governação autárquico e fomentar a comunicação com os diferentes stakeholders; reconhecer os desafios atuais para construir as bases de uma cidade inteligente, dinâmica e empreendedora e fomentar a utilização dos recursos de forma responsável e sustentável.

Frisou que se espera que a Lagoa consiga tornar-se numa cidade mais sustentável, mais inovadora, uma cidade em crescimento competitivo, uma cidade com mais pessoas qualificadas e uma cidade que oferece melhores condições de vida aos seus munícipes.

O projeto prevê várias áreas de intervenção, nomeadamente: ambiente e sustentabilidade; planeamento urbano e habitacional; energia, águas e resíduos; segurança pública; programas sociais; educação e mobilidade.

Relativamente à inovação e competitividade com uma aposta na I&D e tecnologia, empreendedorismo, criatividade e E-tourism; na sustentabilidade ambiental apostando na energia, água, ar e resíduos sólidos, nos edifícios, mobilidade e biodiversidade, ambiente e tecnologia; na governação e serviços com a participação pública e comunicação nos serviços públicos e e-Gov, na transparência e acesso digital e Smart Planning; na inclusão com uma maior coesão social, inovação social e inclusão digital e por último na área da conectividade com as redes TIC e Wi-fi e ciberinclusão.

O objetivo geral é potenciar a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC e soluções tecnológicas de forma a conseguir uma cidade inteligente, reforçando a

competitividade territorial e elevando os padrões de qualidade de vida dos seus cidadãos e a competitividade das empresas, mediante a promoção da eficiência da gestão urbana, recursos e serviços, assegurando o crescimento social, económico e ambiental sustentável.

Salientou que os principais objetivos da candidatura da Modernização Administrativa prevêem a simplificação dos procedimentos, a desburocratização, a reorganização, a eficiência, eficácia, a redução de custos e a redução de tempos de espera.

Informou ainda que, foi criada uma identidade visual para a Lagoa Smart City 2020 e explicou o seu significado. Abordou os vários projetos implementados e em curso desde o ano 2000, ano em que ocorreu a introdução na Autarquia, de aplicações informáticas que vieram permitir simplificar e organizar toda a informação nomeadamente – POCAL; Urbanismo; Recursos Humanos e Armazéns; em 2010 houve a implementação da Gestão Documental; em 2012 a abertura do GAM – Gabinete de Apoio ao Município, onde passou a haver a centralização de todo o atendimento na Autarquia e a descentralização de Postos de Atendimento em todas as freguesias do Concelho; em 2013 iniciou-se o processo da Gestão da Qualidade no GAM; em 2014 o início do Projeto Lagoa Smart City; em 2015 realizou-se o evento Lagoa Smart City; em 2017 a aquisição de viaturas elétricas e a apresentação da Candidatura ao PO Açores 2020 – Projeto de Modernização Administrativa. Também em 2017 iniciou-se um estudo de eficiência energética dos edifícios municipais; em 2018 implementou-se a interligação de todas as aplicações existentes, à gestão documental e apresentou-se a Candidatura ao PO Açores 2020 da Ciclovia da Cidade de Lagoa. Em 2018 obteve-se a aprovação da Candidatura – Turismo de Portugal e a aprovação e implementação do Projeto de Modernização Administrativa. No presente ano de 2019 realiza-se a assinatura do contrato da Ciclovia da Cidade de Lagoa e estão a preparar uma nova candidatura para a Modernização Administrativa.

A apresentação culminou com a visualização de um vídeo com imagens de todo o trabalho que tem sido desenvolvido no âmbito do projeto de modernização administrativa Lagoa Smart City 2020.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu à Dra. Clara Ganhão a apresentação de todo o trabalho que está a ser desenvolvido naquela área.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

### **CONTENTORES DE RECOLHA DE RESÍDUOS NA RIBEIRA CHÃ:**

O Senhor Deputado Municipal José Pacheco deu as boas tardes aos presentes e expôs uma situação que, entretanto, já teve a oportunidade de falar com o Senhor Vereador Nelson Santos, e que tem a ver a falta de contentores para a recolha seletiva, principalmente papel, que sirvam as ruas de São José, Rua da Igreja, Rua Padre João Caetano Flores, na freguesia da Ribeira Chã.

Reconheceu o esforço que a Câmara Municipal tem vindo a fazer na área da recolha de resíduos sólidos e percebe que a retirada dos contentores se prende com a má utilização dos mesmos devido ao abuso que há por parte dos cidadãos, pois tem visto colocar de tudo nos contentores. No entanto, frisou que é importante recolocar aqueles equipamentos pois os moradores daquelas ruas não têm serviço de recolha porta-a-porta, o que dificulta a adesão à recolha seletiva.

### **DIA MUNDIAL DO LIVRO – PERDA DE HÁBITOS DE LEITURA**

O Senhor Deputado Municipal José Pacheco informou que no dia em que se realiza essa sessão da Assembleia Municipal, celebra-se o Dia Mundial do Livro e que a sua profissão está diretamente ligada à execução de livros e que assistimos a uma apresentação sobre Smart Cyties.

Demonstrou o seu receio pelo desaparecimento do livro, dos hábitos de leitura, da sua beleza, com a consequente perda do desenvolvimento imaginário e criativo por parte de quem lê um livro. Apelou para que se desenvolvam mais atividades que apelem aos hábitos de leitura, à estimulação da criatividade, e referiu a importância da biblioteca itinerante.

Proferiu a expressão “se somos o que comemos, somos o que lemos”, referindo que toda a sua vida trabalhou com livros e com pessoas que criaram livros, deixando o seu reconhecimento público a uma grande escritora, a Dra. Fátima Sequeira Dias.

Reconhece que a Câmara Municipal tem feito esse esforço, mas na sua opinião, pode e deve fazer mais.

Expôs que olhando para os espaços TIC, fica preocupado com a maneira como os jovens estão a utilizá-los apenas para jogar e ver vídeos no Youtube, e apelou à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal para aproveitar as novas tecnologias para re-introduzir os livros no quotidiano dos nossos jovens, incentivando a prática da leitura.

### **MINUTO DE SILÊNCIO PELAS VÍTIMAS DE MOÇAMBIQUE, MADEIRA, SIRI LANKA E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E INFANTIL:**

O Senhor Deputado Municipal José Pacheco propôs em nome do Grupo Parlamentar do PSD que se observasse um minuto de silêncio pelas vítimas das três recentes tragédias que vitimaram muitas pessoas, nomeadamente o “ciclone Idai” que assolou Moçambique, o acidente de rodoviário que ocorreu na ilha da Madeira e o ataque terrorista no Siri Lanka.

Por todas as vítimas dessas tragédias e por muitas outras que não chegam ao nosso conhecimento, propôs um minuto de silêncio.

A Senhora Presidente da Câmara solicitou a palavra, a qual foi concedida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara propôs que o minuto de silêncio se estendesse ainda a todas as vítimas de violência doméstica e a todas as crianças vítimas de maus tratos infantis.

A Assembleia Municipal aprovou o minuto de silêncio proposto e respeitou um minuto de silêncio em memória de todas as vítimas.

## **ESTRATÉGIA DO MUNICÍPIO, NO ÂMBITO DA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DAS SMART CITIES**

O Senhor Deputado Municipal Carlos Resendes solicitou a entrega do Plano da Smart Cities apresentado, em suporte de papel, uma vez que o auditório não é um espaço apropriado para a realização das sessões da Assembleia Municipal porque não está dotado de suporte para colocação da documentação que permita tirar apontamentos.

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que o documento será enviado a todos os senhores deputados municipais.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

## **PERÍODO ORDEM DO DIA:**

### **PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou para apreciação, a informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município, bem como o saldo e o estado das dívidas a fornecedores, conforme previsto no n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Assembleia Municipal apreciou as informações, de acordo com o estipulado na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

### **PONTO N.º 2 – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA DE 2018:**

Foi presente à Assembleia Municipal pela Câmara Municipal os Documentos de Prestação de Contas de 2018, dos quais consta que a receita arrecadada durante o ano foi de € 10.957.961,07 (dez milhões novecentos e cinquenta e sete mil novecentos e sessenta e um euros e sete cêntimos) e de € 579.357,10 (quinhentos e setenta e nove mil trezentos e cinquenta e sete euros e dez cêntimos) esta referente a Operações de Tesouraria, que com o saldo do ano anterior no montante de € 426.659,03 (quatrocentos e vinte e seis mil seiscentos e cinquenta e nove euros e três cêntimos), incluindo Operações de Tesouraria, perfaz a totalidade de € 11.963.977,20 (onze milhões novecentos e sessenta e três mil novecentos e setenta e sete euros e vinte cêntimos).

A despesa efetuada durante o mesmo período foi no montante de € 10.815.886,64 (dez milhões oitocentos e quinze mil oitocentos e oitenta e seis euros e sessenta e quatro cêntimos) e de Operações de Tesouraria de € 581.835,49 (quinhentos e oitenta e um mil oitocentos e trinta e cinco euros e quarenta e nove cêntimos), do que resulta um saldo positivo no valor de €

566.255,07 (quinhentos e sessenta e seis mil duzentos e cinquenta e cinco euros e sete cêntimos), também inclui Operações de Tesouraria.

Os documentos de prestação de contas, encontrando-se integralmente elaborados, conforme dispõe a Resolução do Tribunal de Contas.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à senhora Presidente da Câmara que informou que a situação do Município de Lagoa é idêntica à do ano passado, no período homólogo, se os indicadores do ano passado já eram positivos, os deste ano são ainda mais positivos, obtiveram uma taxa de execução das receitas de 97,8% e uma taxa de execução da despesa de 94,1%, diminuíram a dívida global do Município, que corresponde a menos 1.192.700€, fecharam o ano com resultados líquidos positivos de 270.835,54€ e obteve-se um saldo de gerência de 430.029,21€.

Não se utilizou o empréstimo de curto prazo, foi mais um ano sem fazer uso desse empréstimo, reduziu-se o prazo médio de pagamento a fornecedores que passou de 14 para 5 dias e encerrou-se o ano praticamente sem dívidas a fornecedores, com apenas uma fatura de 113,28€ que transitou para 2019, proveniente de um débito direto mensal, o que não é significativo.

Desenvolveu-se um grande número de atividades de natureza social, económica, turística, cultural, ambiental, desportiva, entre outras, pelo que entende serem resultados positivos e muito bons da gestão do Município.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal determinou que se passasse à apreciação e votação, tendo os documentos de Prestação de Contas respeitante ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro do ano de 2018 sido apreciados e votados, por maioria, com 14 votos a favor dos membros do PS e 4 abstenções dos membros do PSD, Carlos Resendes, Ruben Cabral, José Pacheco e Carla Galvão, dos 18 membros presentes, de acordo com o disposto na alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A apresentação dos documentos em apreciação acusou na receita de € 11.245.915,85 (onze milhões duzentos e quarenta e cinco mil novecentos e quinze euros e oitenta e cinco cêntimos) e de despesa € 10.815.886,64 (dez milhões oitocentos e quinze mil oitocentos e oitenta e seis euros e sessenta e quatro cêntimos), acusando um saldo de execução orçamental de € 430.029,21 (quatrocentos e trinta mil vinte e nove euros e vinte e um cêntimos). Em Operações de Tesouraria registou-se de entradas de fundos o valor de € 579.357,10 (quinhentos e setenta e nove mil trezentos e cinquenta e sete euros e dez cêntimos) e com o saldo de € 138.704,25 (cento e trinta e oito mil setecentos e quatro euros e vinte e cinco cêntimos) perfaz a quantia de € 718.061,35 (setecentos e dezoito mil sessenta e um euros e trinta e cinco cêntimos), de saídas registou-se um montante de € 581.835,49 (quinhentos e oitenta e um mil oitocentos e trinta e cinco euros e quarenta e nove cêntimos), apresentando um saldo de € 136.225,86 (cento e trinta e seis mil duzentos e vinte e cinco euros e oitenta e seis cêntimos).

Foi também presente o Relatório de Atividades e Gestão do ano findo, que depois de devidamente apreciado, foi votado por maioria, com 14 votos a favor dos membros do PS e 4 abstenções dos membros do PSD, Carlos Resendes, Ruben Cabral, José Pacheco e Carla Galvão, dos 18 membros presentes.

Na sequência do Relatório de Atividades e Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2018, foi apresentada a seguinte proposta:

“Nos termos do ponto 2.7.3.3., do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, quando existir saldo positivo na conta 59 “Resultados Transitados”, o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

Reforço do património;

Constituição ou reforço de reservas.

Refere, ainda, o ponto 2.7.3.5 que deve constituir-se o reforço anual da conta 57.1 “Reservas Legais”, no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Assim, para cumprimento dessa norma legal, a Câmara Municipal de Lagoa, propõe que o resultado líquido do exercício, no montante de € 270.835,54, seja aplicado da seguinte forma:

Reservas Legais: € 13.541,78;

Reservas Livres: € 257.293,76.”

A Assembleia Municipal aprovou, por maioria, com 14 votos a favor dos membros do PS e 4 abstenções dos membros do PSD, Carlos Resendes, Ruben Cabral, José Pacheco e Carla Galvão, dos 18 membros presentes, a proposta de aplicação de Resultados Líquidos do Exercício de 2018, de acordo com o disposto no ponto 2.7.3.1 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Os documentos acima mencionados foram assinados e rubricados em todas as folhas pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal, a fim de evitar a sua transcrição em ata, conforme determina o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, de 21 de novembro de 1963, na sua atual redação, dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

### **PONTO N.º 3 – 1.ª REVISÃO ORÇAMENTAL AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2019:**

Pela Câmara Municipal foi presente a 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, conforme proposta que abaixo se transcreve:

“Torna-se necessário proceder à 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o preconizado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação.

Criação de Receita

Receitas Correntes

0603019901 – Outros – 6.940€

060401 – Região Autónoma dos Açores – 9.000€

08019903 – IVA Reembolsado – 123.042€

08019999 – Diversas – 46.390€

#### Receitas de Capital

10030702 – Fundos Comunitários – 6.145€

10030705 – IFAP (ASDEPR) – 40.214€

100401 – Região Autónoma dos Açores – 6.000€

#### Outras Receitas

150101 – Reposição não abatidas nos Pagamentos – 5.792€

160101 – Na posse do serviço – 430.028€

#### Reforços

#### Despesas Correntes

010301 - Encargos com a Saúde – 49.000€

02021604 - Ação Social – 40.000€

06020399 – Diversas – 366.944€

#### Despesas de Capital

070101 – Obra n.º 2017/I/3 – Aquisição de Terrenos – 5.000€

07010305 - Obra n.º 2018/I/7 – Construção de Alpendre na Escola Octávio Gomes Filipe – 59.316€

07010307 - Obra n.º 2015/I/25 - Manutenção - Edifícios Municipais – 32.291€

070115 - Obra n.º 2016/I/6 - Smart City Lagoa e Modernização Administrativa – 26.160€

110202 - Obra n.º 2016/A/1 - Promoção Turística – Eventos – 100.000€

#### Anulações

#### Despesas Correntes

02022099 – Outros Trabalhos Especializados – 5.160€."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação, a 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, tendo a Assembleia sobre o referido documento, deliberado, por maioria, com 14 votos a favor dos membros do PS e 4 abstenções dos membros do PSD, Carlos Resendes, Ruben Cabral, José Pacheco e Carla Galvão, dos 18 membros presentes:

**1.º** Aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

**2.º** Rubricar todas as folhas, dispensando a sua transcrição em ata, de acordo com o Decreto-Lei n.º 45 362, de 21 de novembro de 1963, com a nova redação dada ao artigo 5.º pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto;

**3.º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 4 – PROPOSTA - ALTERAÇÃO DA REVISÃO DO PDM – PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta sobre a alteração da Revisão do Plano Diretor Municipal de Lagoa – Açores, que abaixo se transcreve:

“- Considerando que a Câmara Municipal deliberou, a 9 de fevereiro de 2018, proceder à Alteração da Revisão do Plano Diretor Municipal de Lagoa – Açores;

- Considerando que a mesma foi publicada de Jornal Oficial, em 14 de junho de 2018, através do Aviso n.º 35/2018;

- Considerando que a Câmara Municipal de Lagoa submeteu a proposta de Alteração da Revisão do Plano Diretor Municipal de Lagoa – Açores para apreciação à Direção Regional da Organização e Administração Pública, entidade com competência na matéria, em 9 de outubro de 2018;

- Considerando que foi realizada a reunião da conferência de serviços, a 19 de novembro de 2018, com vista à apreciação e aprovação da proposta apresentada, sendo que a primeira alteração à revisão do Plano Diretor Municipal de Lagoa mereceu apreciação favorável por parte das entidades representadas;

- Considerando que, nos termos do artigo 92.º e artigo 179.º do DLR n.º 35/2012/A, de 16 de agosto, se procedeu ao período de discussão pública, sendo a deliberação publicada em Jornal Oficial através do Aviso n.º 35/2018, de 14 de junho de 2018, não tendo havido participações públicas;

- Considerando que, de acordo com o n.º 6 do artigo 110.º, conjugado com o n.º 2 do artigo 127.º do RJIGT-A, se consultou a Direção Regional de Organização e Administração Pública, para apreciação final e persecução dos trâmites legalmente previstos, tendo sido o parecer da mesma favorável;

Proponho o envio dos documentos que se anexam à reunião para posterior aprovação da Assembleia Municipal.”

A Senhora Presidente da Câmara explicou que as alterações propostas foram introduzidas no regime do uso do solo urbano e justificam-se pelo facto de algumas áreas específicas do concelho estarem inseridas em áreas de Solo Urbanizável – Espaços Urbanos de Baixa Densidade. Estas áreas encontram-se já em solo urbano, no entanto ainda estão integradas na categoria de solo urbanizável, quando pelas suas características, deveriam estar integradas na categoria de solo urbanizado pois estão dotadas de infraestruturas e possuem as devidas autorizações para construção.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Gilberto Sousa Borges, no uso da palavra, questionou o porquê da não inclusão da Avenida de Portugal e das Comunidades, quando na sua opinião, esta área deveria ter sido abrangida.

A Senhora Presidente da Câmara informou que, neste momento, apenas se está a corrigir a classificação do solo de algumas ruas específicas, passando de solo urbanizável para solo

urbano e passou a palavra ao Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado que esclareceu que a Estrada de Portugal e das Comunidades em termos de classificação do solo já permite construção, enquanto que a Canada Nova do Pópulo, Malaca de Baixo e Cima e Avenida Maria Luíza Machado Faria e Maia eram zonas que obrigavam à elaboração de unidades de execução que dificultavam a construção de moradias enquanto que na Estrada de Portugal e das Comunidades isso já é possível uma vez que possui autorizações para construção que já estava prevista no PDM.

A Senhora Presidente concluiu informando que a inclusão de outras zonas passará por uma nova Revisão ao PDM, processo que a Câmara Municipal já deu início.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos dezoito membros presentes:

- 1.º** Aprovar a proposta de alteração da Revisão do Plano Diretor Municipal de Lagoa – Açores;
- 2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 5 – PROPOSTA – PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOA NA “ASSOCIAÇÃO DE LIMPEZA URBANA – PARCERIA PARA CIDADES + INTELIGENTES E SUSTENTÁVEIS”:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta sobre o assunto acima referenciado, propondo que a Assembleia Municipal autorize, conforme previsto na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a participação do Município de Lagoa, representado pela Câmara Municipal de Lagoa, na Associação sem fins lucrativos: “Associação Limpeza Urbana – Parceria para Cidades + Inteligentes e Sustentáveis” (ALU).

Conforme previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º da Proposta de Regulamento Interno da referida Associação, o Município de Lagoa, como Associado Fundador, subscreve uma participação inicial, no valor de 2.000,00 € (dois mil euros).

O deputado municipal Carlos Resendes perguntou à Senhora Presidente da Câmara quais as vantagens para o Município de Lagoa com a integração na Associação de Limpeza Urbana – Parceria para Cidades + Inteligentes e Sustentáveis.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal respondeu que a mais valia para a Lagoa ao integrar esta rede será à semelhança do que já acontece com as redes das Smarts Cities e das Autarquias Participativas, o benefício está na partilha de informação e na adoção de boas práticas. Acrescentou que o foco destas experiências é a recolha de conhecimentos e o ganho de tempo e vantagens ao aprender com as boas práticas implementadas por outros municípios, o que permite à Lagoa implementar boas práticas sem necessidade de ter períodos experimentais, melhorando a eficiência e o seu desempenho.

Salientou ainda que, a Lagoa por ser um projeto Smart City tem recebido convites, por parte de outros municípios, para apresentar o trabalho desenvolvido nessa área.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos dezoito membros presentes:

**1.º** Autorizar, conforme previsto na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a participação do Município de Lagoa, representado pela Câmara Municipal de Lagoa, na Associação sem fins lucrativos: “Associação Limpeza Urbana – Parceria para Cidades + Inteligentes e Sustentáveis” (ALU);

**2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 6 – PROPOSTA – COMPRA E VENDA DE PARCELA DE TERRENO, DESAFETAÇÃO E AFETAÇÃO PARA O DOMÍNIO PÚBLICO:**

Pela Câmara Municipal foi presente o processo referente à aquisição de uma parcela de terreno com a área de 400 m<sup>2</sup>, pelo valor de 4.000,00 €, sendo o pagamento em espécie, sita nos Remédios, freguesia de Santa Cruz, para integração do domínio público municipal para afetação a estacionamento público, cujo processo se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número **1**.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que esta parcela de terreno se destina ao alargamento da zona de estacionamento do parque de merendas dos Remédios, dado ao aumento de utilizadores daquele parque por via do acesso aos trilhos pedestres, sendo necessário afetá-la ao domínio público municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos dezoito membros presentes:

**1.º** Aprovar a desafetação e afetação da referida parcela de terreno do domínio privado (particular) para o domínio público do Município, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

**2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 7 – PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DE LAGOA – AÇORES:**

Foi presente o projeto de Regulamento Municipal de Funcionamento do Centro de Recolha Oficial de Lagoa – Açores, após o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões, o qual foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 29, de 11 de fevereiro de 2019, sem que dele tivesse resultado quaisquer reclamações, observações ou sugestões.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que se encontram concluídos todos os procedimentos legais, nomeadamente o período de discussão pública, apresentando o presente projeto Regulamento Municipal de Funcionamento do Centro de Recolha Oficial de Lagoa – Açores para aprovação da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos dezoito membros presentes:

**1.º** Aprovar o Regulamento Municipal de Funcionamento do Centro de Recolha Oficial de Lagoa – Açores, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

**2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 8 – OUTROS ASSUNTOS:**

O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao deputado municipal Ruben Cabral que perguntou sobre qual era a estratégia do município para a grande redução do prazo de pagamento a fornecedores.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à senhora Presidente da Câmara que informou que essa situação decorre da Lei dos Compromissos, pois esta obriga que para se fazer uma despesa haja receita, quando se faz uma aquisição tem de ser feito um cabimento, o que significa que no momento da aquisição há disponibilidade de tesouraria para fazer o pagamento. Da parte dos fornecedores, estes têm 5 dias para emitir fatura, desde que emitam fatura dentro dos 5 dias, o pagamento será feito nesse prazo e desde que possuam as certidões de situação regularizada perante as Finanças e a Segurança Social, que é uma exigência que também decorre da própria Lei.

O deputado municipal Pedro Marques pediu a palavra, a qual foi concedida pelo Presidente da Assembleia Municipal, para fazer um elogio à Câmara Municipal de Lagoa pela redução do prazo de pagamento a fornecedores.

Expôs que faz todo o sentido que uma empresa quando faça um crédito possa receber no mais curto espaço de tempo. Ao longo da última década foi feito um esforço muito grande nesse sentido, foi preciso haver uma Lei para que se conseguisse reduzir o prazo de pagamento.

A maior parte das autarquias portuguesas paga abaixo de um mês e isso para as empresas é um privilégio, porque até cinco anos atrás, as empresas recebiam a 365 dias e, nalguns casos mais, e isso tinha graves repercussões para as empresas que tinham de recorrer à banca para conseguirem a sua sustentabilidade, o que deixou muitas empresas numa situação complicada.

Por isso, deixou o seu elogio à Câmara Municipal e pediu que sempre que possível façam o pagamento a pronto, é uma excelente prática.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à senhora Presidente da Câmara que referiu que quem cumpre a Lei dos Compromissos obrigatoriamente tem de cumprir a redução do prazo de pagamento.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao deputado municipal José Pacheco que comentou que quando o fornecedor sabe que vai receber a tempo e horas, o fornecedor não precisa de ir à banca, nem pedir contas caucionadas para garantir a sustentabilidade da empresa e por isso pode até baixar os preços.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que estava aberto o período de intervenção do público e passou a palavra ao Senhor Mário Rui Farias Pacheco, que manifestou a intenção de intervir.

O senhor Mário Rui Farias Pacheco cumprimentou todos os presentes e referiu que a sua presença naquela sessão da Assembleia Municipal se prendia com duas questões, sendo que a primeira questão tinha a ver com “O Primeiro Direito”, um Decreto-Lei criado pelo Governo da República, sobre o direito de todos os cidadãos a uma habitação. Trata-se de um programa de incentivo do Governo da República para apoiar a construção de habitações e, surpreendentemente nos Açores, apenas os Municípios da Ribeira Grande e da Praia da Vitória recorreram a este incentivo.

Explicou que se trata de um apoio financeiro que o Governo Central dá aos municípios que primeiramente identificam o público alvo e as carências habitacionais. Expôs que no Município da Praia da Vitória foram construídas 115 habitações recorrendo a este apoio e no próximo ano abrem novas candidaturas. Questionou a razão pela qual a Lagoa não aderiu a este programa.

A segunda questão é uma questão relacionada com a saúde e refere-se ao serviço prestado pelas ambulâncias. Consultou dados estatísticos que referem que no ano 2018 foram feitos 1240 serviços urgentes e 3632 transportes, e que só até 17 maio de 2019, foram feitos 396 serviços de ambulância urgentes e 1099 transportes ambulatoriais, o que se traduz de 3,40% em 2018 e 3,70% até maio de 2019, sendo que esse número irá aumentar até ao final do ano.

Entende que está na altura da Lagoa começar a discutir para que no futuro haja uma ambulância na Lagoa, numa ótica de aproximação da população e para melhor servi-la, a permanência de uma ambulância na Lagoa só viria beneficiar os lagoenses e prestar melhor serviço sem haver a necessidade de espera da deslocação da mesma de Ponta Delgada, o que em determinados casos pode ser fatal.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do senhor Mário Rui Pacheco e quis esclarecer uma situação relacionada com a saúde, dizendo que não se pode analisar os números da estatística apresentados da forma como o fez, argumentando que há que ter atenção às sazonalidades das doenças, próprias de cada época do ano, o que faz haver

essa flutuação dos números, se as médias forem tiradas nos meses de verão, certamente não apresentarão o acréscimo referido, porque tal só acontece porque se refere aos meses de inverno, propícios a gripes e febres, o que faz aumentar o número de serviços prestados pela ambulância, por isso entende que não é correto extrapolar estes números até ao final do ano.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à senhora Presidente da Câmara. A senhora Presidente da Câmara disse que desconhecia "O Primeiro Direito" mas que consultou a internet e pôde ver, sem prejuízo de uma análise mais aprofundada, que se trata de uma programa de apoio semelhante ao que a Câmara Municipal recorreu para a construção dos nossos bairros sociais, trata-se de um programa que envolve três partes: O IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (antigamente designado por INH – Instituto Nacional da Habitação), o Governo Regional e a Câmara Municipal, cabendo à Câmara Municipal adquirir os terrenos e disponibilizá-los para a construção das habitações, o IHRU financia uma parte e ao Governo Regional cabe a parcela não financiada pelo IHRU. Já tivemos outras candidaturas desse género, como os bairros da Longueira

Quanto à permanência de uma ambulância na Lagoa regista a opinião do senhor Mário Rui Pacheco, mas no seu entender, não se justifica, atendendo à distância que separa a Lagoa de Ponta Delgada, em comparação com outras localidades de Ponta Delgada que ficam mais distantes.

Informou que esse assunto já foi discutido com a AHBVPD e que a estrutura de custos para manter uma unidade aberta, por mais pequena que seja, nunca irá custar menos de 300 mil euros por ano. As ambulâncias que prestam serviço urgente foram reforçadas recentemente por iniciativa do Governo e há um problema que diz respeito aos transportes não urgentes, que a Câmara Municipal da Lagoa e a Câmara Municipal de Ponta Delgada estão a tentar ajudar a Associação Humanitária a ultrapassar.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao senhor José Fernando Sousa Carneiro que deu as boas tardes aos presentes e disse que concordava que a Lagoa sendo uma cidade devia ter uma ambulância.

Expôs que o que lhe trouxe à presente sessão é o dia 25 de Abril, uma data muito importante e foi para ele uma honra ter participado na Revolução do 25 de Abril. Com o 25 de Abril deu-se a libertação dos Portugueses da Ditadura e da Opressão e depois veio o Pluralismo.

A Assembleia Constituinte confirmou a Declaração dos Direitos do Homem, Portugal tornou-se num País mais livre, mais justo e mais fraterno.

45 anos volvidos do 25 de Abril, pergunta-se que Liberdade é essa? É essa a Liberdade que queríamos?

O seu Capitão Salgueiro Maia, ao qual quis deixar a sua homenagem pública, não deve estar nada satisfeito porque não era esse Portugal que nós temos agora que ele desejava pois vivemos num País em que há liberdade de expressão para as pessoas e liberdade de extorsão para os políticos.

Questiona-se sobre para que serve a Câmara Municipal? O que faz a Assembleia Municipal? E as Juntas de Freguesia?

Não se vê nesta sessão ninguém da população civil e pede para que o povo apareça nas reuniões, o povo da Lagoa não aparece porque não tem conhecimento das datas das reuniões.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu que a Assembleia Municipal é o órgão deliberativo do Município e as sessões da Assembleia Municipal são divulgadas através da publicação de Editais nos locais próprios. Mais referiu que as sessões da Assembleia Municipal são públicas, estando abertas à participação de todos os munícipes que queiram participar. Disse não saber a razão pela qual as pessoas não assistem às sessões da assembleia, não faz ideia de qual seja o motivo, mas isso depende de cada um, do seu entendimento sobre a liberdade.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à senhora presidente da Câmara Municipal que respondeu que a Câmara Municipal dá cumprimento ao dever de publicidade das reuniões camarárias, os Editais estão afixados nos lugares de estilo, e são ainda publicados no site oficial da Câmara Municipal.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao senhor Gilberto Borges, presidente da Junta de Freguesia do Rosário, que disse que não concordava com a existência de uma ambulância na Lagoa. Sabe as dificuldades que os Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada enfrentam, recentemente esteve numa reunião com o comandante dos Bombeiros e sabe que a Associação Humanitária tem proposto a celebração de protocolos para apoio financeiro com todas as Juntas de Freguesia da Lagoa e de Ponta Delgada e do concelho da Lagoa apenas a Junta de Freguesia do Rosário assinou protocolo. Acrescentou que os Bombeiros servem os dois concelhos, Lagoa e Ponta Delgada e como tal devem ser apoiados por todas as Juntas de Freguesia

O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao senhor Vereador Carlos Augusto Furtado que referiu que em tempo de campanha eleitoral também tiveram uma reunião com o comandante dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada e Lagoa e o que lhes foi informado naquela altura corrobora o que já foi dito pela senhora Presidente da Câmara, que é o enorme custo anual que representa ter uma ambulância na Lagoa. Enalteceu a Junta de Freguesia do Rosário enquanto colaboradora dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada e Lagoa, porque é um ato voluntário da Junta de Freguesia e devia ser seguido pelas outras Juntas de Freguesia.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou novamente a palavra ao senhor Mário Rui Farias Pacheco que esclareceu que o seu pedido era para ter uma ambulância na Lagoa e não um quartel de bombeiros, que prestaria apoio aos concelhos de Lagoa e Ponta Delgada. Expôs que não sendo ele um lagoense, parece-lhe que é o único que está a defender os interesses da Lagoa ao pedir uma ambulância em regime de permanência para a Lagoa, tendo o senhor

Presidente da Assembleia Municipal respondeu que compreenderam o que estava a ser proposto, que esses custos são elevados e isso implicaria ter três equipas com turnos de 24h00. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu os esclarecimentos prestados pela Senhora Presidente da Câmara, e agradeceu a presença do público nesta sessão da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Antes de dar por terminada esta sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos, as intervenções e os esclarecimentos prestados.

Sem mais assuntos a tratar, sendo dezoito horas, foi dada por encerrada esta sessão pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e para constar foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa.

E eu \_\_\_\_\_, Assistente Técnica, do Gabinete de Apoio à Presidência, nomeada para o efeito, a redigi e assino.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

---

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

---

A SEGUNDA SECRETÁRIA

---